

Carta da Comissão Organizadora da IV Plenária Nacional de Economia Solidária

02 de abril de 2008

Amigas e amigos participantes da construção da Economia Solidária,

No dia 30 de março, domingo, encerrou-se a IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Estamos todas e todos muito cansados e ao mesmo tempo animados, com muita vontade de continuar o trabalho, por conta do grande avanço que esta plenária representa para a Economia Solidária no país.

A Plenária não foi apenas um evento de 4 dias. Foi fruto de um processo que se iniciou em maio de 2006, e que teve como marca a intensa participação dos estados em sua construção, através de **reuniões dos Fóruns Estaduais**, de **encontros e seminários macrorregionais**, de **plenárias e grupos de estudos municipais e microrregionais**, e das **plenárias estaduais**. Só na fase final deste processo (plenárias microrregionais e estaduais) estiveram envolvidas diretamente nos debates mais de 4.000 pessoas em todo o país. Esta foi uma das marcas desta plenária: o respeito e a ligação forte com os debates vindos dos estados, da base.

Esta marca significou também uma grande ousadia: o documento-base nacional foi um espelho fiel do que vinha dos estados, com toda a sua diversidade e diferenças. Trouxe para o debate questões essenciais para o futuro do FBES: sua agenda prioritária de lutas e a sua natureza e estrutura de funcionamento. Tudo isso foi fruto de uma constatação muito evidente: o FBES precisava mudar, para dar conta dos enormes desafios que o crescimento e ampliação de atores construtores da Economia Solidária apresentavam. Esta foi a tônica, o principal objetivo, e temos total certeza de que foi cumprido.

O fato de termos conseguido dar conta de uma agenda intensa e desgastante demonstra a maturidade de todas e todos que estão construindo a Economia Solidária em seus bairros, empreendimentos, comunidades indígenas, ribeirinhas, vicinais, assentamentos, cidades e estados. A metodologia contemplou um processo de construção passo a passo, em que a cada novo momento era possível ver os resultados sistematizados dos momentos anteriores. Além disso, cada um destes momentos privilegiava que todos e todas pudessem verdadeiramente serem ouvidos/as.

Místicas, festas, comercialização, atividades culturais e de trocas solidárias

Um dos elementos fundamentais de toda a plenária foi o trabalho da Equipe de Místicas, que conseguiu realizar momentos muito bonitos em que éramos convidadas/os a nos lembrar do que nos move, dos princípios fundamentais de trabalho coletivo, solidariedade e união. Foram danças circulares, massagens nos grupos, músicas, comercialização, festas (com direito a “palco aberto”, em que cada um e cada uma mostrava o que sabia tocar), atividade de trocas e festas dançantes, em um clima de celebração, alegria e partilha entre as pessoas de todos os estados do país.

Bandeiras de luta

Para o debate das principais bandeiras de lutas nos quatro eixos, trabalhamos primeiro diretamente no documento-base (que por sua vez tinha fielmente os resultados dos debates dos estados) em 25 grupos de trabalho, e depois trabalhamos a partir destes resultados nas quatro mini-plenárias por eixos, e finalmente na plenária com os resultados sistematizados das 4 mini-plenárias. Cada uma destas sistematizações tomou trabalhos que foram até 3h

ou 4h da manhã, com a presença das/os facilitadoras/es e integrantes das relatorias e da comissão organizadora nacional, e garantiu que o conjunto de delegadas e delegados tivesse plena consciência (recebendo cópias em mãos do trabalho sistematizado), a cada dia, dos avanços e pudessem fazer as correções através da plenária.

Apenas para dar um gostinho dos grandes resultados (detalhamento das 25 bandeiras escolhidas pelas plenárias estaduais, e orientações estratégicas para cada um dos quatro eixos), vale a pena ver as bandeiras principais tiradas para cada eixo:

O eixo de **Produção, Comercialização e Consumo Solidários** foi o eixo mais concorrido e com maior participação de delegadas/os, e definiu, entre várias outras orientações importantes, que as bandeiras prioritárias para este eixo serão: **1)** Por programas e políticas de infra-estrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária; **2)** Por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; **3) Interna:** Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo.

O eixo de **Formação** elencou três bandeiras principais, sendo que a primeira foi considerada como estruturante e portanto central, complementada pelas duas seguintes. São elas: **1)** Realizar ações de formação junto aos/às trabalhadores/as da Economia Solidária; **2)** Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária; **3)** Pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da Economia Solidária.

Já o eixo de **Finanças Solidárias** apontou que este eixo deve mudar de nome, de modo a explicitar a sua bandeira estruturante: este eixo passa a se chamar “Por um Sistema Nacional de Finanças Solidárias”. Esta bandeira vem acompanhada de outra, que lhe dá sustentação, e que portanto é uma das grandes bandeiras do movimento: “Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária – PRONADES”.

Por fim, o eixo **Marco Legal** foi um dos mais difíceis de se trabalhar. Havia a contribuição de facilitadoras/es que compreendiam muito do assunto e tinham posições divergentes, de modo que houve um debate profundamente rico com uma grande diversidade de argumentos e proposições. Este eixo acabou não conseguindo se debruçar em elencar 2 ou 3 bandeiras prioritárias, mas fez um grande trabalho de síntese com um texto de orientações para o eixo e detalhamentos das bandeiras. Portanto, as bandeiras principais seguem sendo as 6 que vieram das plenárias estaduais, ou seja: **1)** Por uma Lei Geral da Economia Solidária; **2)** Pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária; **3)** Pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Solidária; **4)** Por uma tributação diferenciada para empreendimentos de Economia Solidária; **5)** Pela regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da Economia Solidária; **6) Interna:** Consolidar articulações do FBES com o poder legislativo.

Mas estas bandeiras principais são apenas um pouquinho do que saiu: além desta definição de prioridades, a plenária conseguiu apontar, para cada uma das 25 bandeiras trazidas das plenárias estaduais, orientações de ações e principais alianças, além de um conjunto de orientações para cada um dos 4 eixos. Um trabalho e tanto!

Natureza, estrutura e funcionamento do FBES

Já no debate sobre natureza e estrutura do FBES, iniciamos um longo, exaustivo e bonito exercício de construção coletiva nos trabalhos em 10 grupos durante duas tardes e boa parte de uma noite, que se debruçaram sobre as inúmeras propostas que vinham dos estados sobre natureza, estrutura e funcionamento do FBES. Este trabalho foi repassado à equipe de sistematização, composta por valorosas companheiras e valorosos companheiros dos grupos (facilitadoras e facilitadores, relatorias e relatores, observadoras/es, comissão organizadora, entre outras/os), que durante 13 horas de trabalho ininterrupto conseguiram transformar os mais de 500 pontos de propostas em um conjunto de documentos que poderia ser submetido à avaliação e deliberação pela segunda grande plenária, que ocorreu no domingo durante todo o dia.



Esta plenária conseguiu, corajosamente e com excelente condução da mesa, cumprir com 35 dos 39 pontos que foram levantados pela equipe de sistematização, sendo que os 4 pontos restantes (coordenação executiva, coordenações macrorregionais, secretaria executiva e GT de gênero ou de mulheres) serão submetidos à Coordenação Nacional, depois de consulta à totalidade das/dos delegadas/os nos estados, como se verá adiante nesta carta.

Foram tomadas importantes deliberações acerca da natureza do FBES, ao ser aprovado que o FBES é um “instrumento e espaço de articulação”, agregando as resoluções dos grupos E, H e G:

“Grupo E e H: O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária e um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais.

Grupo G: O FBES é um instrumento do movimento de Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.”

Além disso, foram definidos de maneira bem precisa o que são empreendimentos solidários e entidades de assessoria, incluindo aí a necessidade de se comprovar seus compromissos para a construção dos fóruns locais (municipais, microrregionais e estaduais). A participação dos gestores públicos como um segmento do FBES foi reafirmada, com a condição de que estejam articulados em rede, o que representou um grande avanço de compreensão sobre este segmento.

Também se definiu uma participação qualificada dos gestores públicos, em rede, na coordenação nacional, correspondendo ao crescimento deste setor no país, com o aumento de municípios e estados com políticas de fomento à Economia Solidária.

Outro avanço foi a decisão de que as entidades e redes nacionais só podem participar se tiverem ação em pelo menos 7 fóruns estaduais, de modo que se garanta seu compromisso com os fóruns locais e sua capilaridade, e com isso não haja mais nenhum tipo de privilégio. Não podemos deixar de mencionar também outro significativo avanço, que foi o de qualificar melhor as condições obrigatórias para que um Fórum Local (municipal, microrregional e estadual) seja realmente reconhecido enquanto tal, além de indicadores para podermos avaliar o seu avanço.

Estes são apenas alguns exemplos das conquistas históricas desta plenária, que dão as bases para uma nova estrutura do FBES (em nível nacional, estadual, microrregional e municipal) que corresponda aos desafios que temos que enfrentar daqui para frente, até a próxima plenária nacional, que ocorrerá, também segundo deliberação, em 3 anos.

Houve um ponto que gerou polêmica e insatisfação de parte da plenária, que, aliado ao tempo que se encerrava, impediu a continuidade dos debates: a deliberação sobre a forma em que a coordenação executiva deve ser composta. Havia um clima de tensão, e este clima exacerbou-se quando foi solicitada a contagem dos votos e depois quando houve um erro de contagem por parte da mesa na totalização, que ela imediatamente reconheceu, mas que não conseguiu acalmar os protestos nem arrefecer os ânimos. Tendo em vista os tristes fatos ocorridos, a plenária teve a maturidade de autorizar a mesa a proceder ao encerramento da plenária, e deliberar que a comissão organizadora encaminhasse os pontos para deliberação na próxima reunião da Coordenação Nacional do FBES.

Mulheres

As mulheres emocionaram a todas e todos da plenária ao fazerem uma mobilização ao final da plenária de sábado, apontando, de maneira bonita com músicas e muita poesia, uma moção em protesto pela pouca atenção dada ao tema no documento-base. Esta carta também será anexada ao documento final com a sistematização da plenária. As mulheres eram maioria na plenária, compondo 57% do conjunto de delegadas e delegados.

Este alerta trouxe à tona um debate que vem sendo inserido pouco a pouco nas reuniões da coordenação nacional, e que agora tomará mais corpo: a importância da participação das mulheres nas atividades de economia solidária, não só na produção mas nas instâncias de deliberação, na comercialização e na administração.



Articulações internacionais

Apesar desta plenária não ter se debruçado sobre um eixo específico de relações internacionais, aconteceram duas atividades importantes durante a plenária que reforçam a necessidade de intensificarmos o debate da Economia Solidária para além do país, envolvendo especialmente a América Latina.

A primeira atividade foi a mesa de diálogo com convidadas/os internacionais: **Nedda Angulo**, do Peru, representando a RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária, da qual o FBES faz parte em seu Conselho de Administração); **Pablo Guerra**, do Uruguay, representando o Espacio Mercosur (uma rede de articulação para a busca de relações concretas de colaboração entre empreendimentos solidários do mercosul e também para a incidência no Mercosul e outros nesta região); **Rosângela Alves**, da Universidade de Kassel (Alemanha); **Charles e Jean-François**, do Chantier (aliado do FBES, o Chantier é uma organização de natureza semelhante ao FBES no Quebec-Canadá).

Esta mesa foi riquíssima por nos trazer uma análise de conjuntura da situação na América Latina e apontar a importância da articulação internacional, especialmente em nosso território. Já Rosângela demonstrou claramente como o Brasil (especialmente as incubadoras universitárias) tem inspirado um movimento semelhante na Alemanha. Por fim, nossos companheiros do Chantier do Québec estiveram mais uma vez em um momento importante de nossa história, e anunciaram a publicação do livro “Ousar a solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec”, elaborado pelo FBES e pelo Chantier e impresso em português e em francês, que foi entregue a todas as delegações estaduais presentes na plenária.

A segunda atividade foi uma reunião, organizada pela SENAES, a pedido do governo do Pará, entre integrantes do GT de Relações Internacionais FBES-SENAES e gestores do governo paraense, para pensarmos melhor a garantia da Economia Solidária no Fórum Social Mundial 2009, que ocorrerá em Belém, tanto nos debates como no apoio de produtos e serviços da ES para a própria construção do evento.

Encaminhamentos

1. Finalização e divulgação dos resultados da Plenária Nacional

A equipe de sistematização da comissão organizadora da IV Plenária já está dando início ao trabalho de sistematização do conjunto de propostas aprovadas pela Plenária, para poder finalizar o quanto antes o documento final e repassá-lo a todos os estados e todas/os as/os representantes que estiveram presentes, além de disponibilizá-lo na página internet do FBES.

2. Consulta às delegadas e aos delegados nos estados

Enquanto isso, é fundamental que os Fóruns Estaduais organizem uma reunião de toda a delegação estadual da plenária, somada aos/às representantes da Coordenação Nacional do FBES no estado. Estes/as delegados/as terão a tarefa de, nesta reunião, se debruçar e deliberar sobre os 4 pontos que não foram deliberados na Plenária Nacional, e levar sua posição através dos/as representantes da Coordenação Nacional do seu estado para a VIII Reunião da Coordenação Nacional com ata e lista de presença comprovando a realização desta reunião.

Ao final desta carta estamos encaminhando as quatro deliberações que não foram tomadas em plenária.

3. Realização da VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES

Assim que os estados conseguirem realizar esta consulta ocorrerá a VIII Reunião da Coordenação Nacional, que enfim encerrará o processo desencadeado na VI Reunião em maio de 2006. Esta reunião terá como pauta, pelo menos, os seguintes pontos:

1. Fazer uma avaliação aprofundada da IV Plenária Nacional e de seus resultados, falhas e acertos;



2. Analisar os resultados da plenária e deliberar detalhamentos, onde necessário.
3. Dar início ao planejamento estratégico, a partir dos detalhamentos e orientações deliberados na IV Plenária. A idéia aqui é dar início à construção de um plano de ação nacional, de grande fôlego, com a agenda do FBES para o país.
4. Deliberar sobre os 4 pontos faltantes que estão anexados a esta carta (coordenação executiva, secretaria executiva, coordenação macrorregional e GT de gênero ou de mulheres), a partir das posições dos estados;
5. Proceder à eleição da nova Coordenação Executiva do FBES, já com a nova estrutura.

Construção...

Sabemos que o trabalho é árduo, e que os eventos do final da plenária foram muito duros para todas e todos. Não podemos, entretanto, centrar nossa atenção apenas neste fato, tendo em vista os enormes desafios que nos restam pela frente.

Agora é momento de avaliarmos e aprendermos com a experiência: demos o melhor de nós, e sabemos que cada delegada e delegado também o fez, tudo isso em prol da construção da Economia Solidária.

Sejamos maduras e maduros como o foi a Plenária em todos os instantes: vamos construir a economia solidária, baseadas/os nos valores da solidariedade, respeito e respeitando a diversidade.

Abraços, com carinho,

Comissão Organizadora da IV Plenária Nacional de Economia Solidária



Anexo:

Deliberações da IV Plenária Nacional de Economia Solidária a serem deliberadas pela VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES

Observação 1: Além dos 4 pontos abaixo (coordenação macrorregional, coordenação executiva, secretaria executiva e GTs de gênero ou mulheres), que seriam deliberados durante a Plenária, ainda há outros pontos que são detalhamentos de deliberações que foram tomadas na Plenária, e que serão apresentadas assim que a comissão organizadora tiver sistematizado todas as contribuições dos 10 grupos de trabalho sobre estrutura e funcionamento.

Observação 2: Ao finalizar a sistematização, a comissão organizadora também enviará todas as propostas aprovadas pela plenária, tanto sobre natureza, estrutura e funcionamento do FBES quanto sobre os eixos e as bandeiras prioritárias.

Coordenação Macrorregional

Proposta 1: Grupos A,F,J: Não criar Coordenação Macrorregional.

Proposta 2: Grupo D: Não criar Coordenação Macrorregional, mas apontando a possibilidade de organizar encontros regionais temáticos

Proposta 3: Grupos B, E, G, H: Criar Coordenações Macrorregionais futuramente, quando os Fóruns Estaduais estiverem mais consolidados e estruturados. Fazer 2 encontros macrorregionais por ano, com representantes dos Fóruns Estaduais da região.

Coordenação Executiva

Composição da Coordenação Executiva (este item não foi concluído)

Proposta 1: Grupos B,C, E,G, H: Composição de 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 5 representantes das entidades e redes nacionais, e 1 representante da rede de gestores.

Proposta 2: Grupo F: Composição de 16 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste), 3 de entidades de representação de empreendimentos, 3 representantes de entidades de apoio e 2 gestores, sendo 1 da rede e um do governo federal.

Quanto à remuneração de parte da Coordenação Executiva

Proposta 1: Grupos A, B: Não haverá remuneração da coordenação executiva

Proposta 2: Grupos C, E, G: Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião.

Proposta 3: Grupo D: Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de cada macrorregião. Que 4 sejam mulheres. Que estas 5 pessoas sejam empreendimentos.

Proposta 4: Grupo F: Liberação de 7 pessoas da coordenação executiva, sendo 2 do norte, 2 do nordeste, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do centro-oeste.

Proposta 5: Grupo J: Liberação de 5 pessoas da coordenação executiva, sendo uma de



cada macrorregião. Que todos os liberados sejam empreendimentos

Proposta 6: Grupo H: Remuneração exclusiva para os representantes do segmento de empreendimentos, de acordo com suas necessidades para a execução das suas atribuições.

Secretaria Executiva

Quanto à equipe e articulação política

Proposta 1: Grupos A, D, E, F, G, J: A secretaria executiva não deve aumentar e deve concentrar-se na execução e não no papel político.

Proposta 2: Grupo B: A secretaria deve também assumir o papel político de articulação a nível nacional e internacional, sob orientação da Coordenação Executiva.

Proposta 3: Grupo C: A secretaria deve também assumir o papel político de articulação a nível nacional e internacional. A Coordenação Executiva definirá um membro para esta atividade.

Grupos de Trabalho (GTs)

Proposta 1: Grupos B, D, F, G: Deve haver um GT específico sobre gênero.

Proposta 2: Grupos A, C, E, J: Deve haver um GT específico de mulheres.

